



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO JURÍDICO E FAZENDÁRIO
SEJUF

TERMO DE CONTRATO N. 100/2009/SEJUF – SEFAZ/PGE (FUNGEFAZ)

O ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, por intermédio do FUNDO DE GESTÃO FAZENDÁRIA - FUNGEFAZ, instituído pela Lei n. 7.365/00, regulamentada pelo Decreto n. 2.193/00, inscrito no CNPJ sob o n. 04.250.009/0001-01, com endereço na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n. 3.415, Edifício Octávio de Oliveira, Centro Político Administrativo - CPA, CEP 78.050-903, Cuiabá-MT, neste ato representado pelo Secretário de Estado de Fazenda Senhor **EDER DE MORAES DIAS**, brasileiro, casado, Bacharel em Direito, portador do RG n. 393225 SSP/MT e inscrito no CPF n. 346.097.921-68, denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **ILDA NERI FARINON -ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 97.304.729/0001-93, estabelecida na Rua 14 de julho, 884, Bairro Centro, Farroupilha/RS, denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu procurador **ADRIANO FARINON**, portador do RG n. 3019290265 SSP-RS, inscrito no CPF sob o n. 382.578.580/72, domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, 331, Apto 303, Centro, Farroupilha - RS, em conformidade com o que consta do Processo de Licitação, na Modalidade **PREGÃO N. 032/2009/SEJUF – SEFAZ/PGE (FUNGEFAZ)**, com fundamento nas Leis Federais ns. 10.520/02 e 8.666/93, Lei Estadual n. 7.696/02 e Decreto Estadual n. 7.217/06, e demais legislações correlatas, celebram o presente **TERMO DE CONTRATO**, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. Aplicam-se ao presente Contrato as normas previstas nas Leis Federais ns. 10.520/02 e 8.666/93, Lei Estadual n. 7.696/02 e Decreto Estadual n. 7.217/06, e as suas posteriores alterações, e supletivamente, nos casos omissos, as demais normas e princípios do direito público e finalmente os princípios da Teoria Geral dos Contratos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O objeto do presente é a **contratação de empresa especializada na confecção de UNIFORMES para atender as Unidades da Secretaria de Estado de Fazenda**, conforme especificações descritas na Cláusula Terceira, bem como no Anexo I deste Contrato, atendendo ao disposto no Edital de Licitação do Pregão n. 032/2009/SEJUF – SEFAZ/PGE (FUNGEFAZ).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. As especificações técnicas dos objetos contratados descritos nos itens abaixo, encontram-se no Anexo I, parte integrante deste Instrumento:

3.1.1. Confecção de 1.788 (um mil, setecentos e oitenta e oito) Camisas Pólo, na cor cáqui claro em pique, malha com composição de 65% (sessenta e cinco por cento) poliéster e 35% (trinta e cinco por cento) viscose, com manga reta; 513 (quinhentos e treze) Coletes e 130 (cento e trinta) Chapéus modelo Australiano para atender as Unidades da SEFAZ;

3.1.2. Confecção de 100 (cem) Camisas Pólo, com 02 (dois) botões, confeccionada com malha piquê 50% algodão, 50% poliéster, na cor branca, a gola tecida em retilínea 1x1, na cor azul marinho, a manga branca sem bainha e com viés de 1 cm na cor azul marinho.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO, DO RECEBIMENTO E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

4.1. A entrega dos Uniformes definitivos, descritos nos itens 3.1.1. e 3.1.2., da Cláusula Terceira, deverá ocorrer da seguinte forma:

4.1.1. Uniformes descritos nos itens 3.1.1. e 3.1.2.: em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, expedida pela Gerência de Serviços Gerais – GSEG;

4.2. Considera-se data de recebimento da Ordem de Fornecimento, a data de envio do FAX ou a data de entrega do documento à empresa Contratada, caso o seu representante retire o documento pessoalmente nas Gerências mencionadas nos itens anteriores;

4.3. As amostras apresentadas pela empresa Contratada na fase do processo licitatório do Pregão n. 032/2009 - SEJUF – SEFAZ/PGE (FUNGEFAZ) e que foram aprovadas pela área solicitante (Gerência de Serviços Gerais – GSEG) deverão ser encaminhadas à Gerência de Almoxarifado – GALM/CLOG, onde ficarão retidas nesta Gerência para conferência até o recebimento dos uniformes definitivos, sendo que após esse prazo, as mesmas serão colocadas à disposição da Contratada pelo prazo de 02 (dois) dias úteis. Durante esse prazo, a Contratante não se responsabilizará por qualquer perda ou dano causado aos objetos por eventual demora no recolhimento;

4.4. Local para entrega dos Uniformes definitivos será:

4.4.1. Uniformes descritos nos itens 3.1.1. e 3.1.2., da Cláusula Terceira: na Gerência de Serviços Gerais da Secretaria de Estado de Fazenda, situada na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n. 3.415, Complexo II, Térreo, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT. Fone: 3617-2363;

4.5. Os objetos contratados serão recebidos por servidor competente de cada Gerência, mediante termo circunstanciado, que deverá ser assinado pelas partes após a conferência e verificação do recebimento integral e depois de realizadas as eventuais correções;

4.6. O recebimento dos materiais contratados não excluirá a Contratada da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento dos objetos deste Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei Federal n. 8.666/93;

4.7. A Contratante, rejeitará em todo ou em parte, o fornecimento de materiais em desacordo com a Ordem de Fornecimento ou com o Contrato;

4.8. A Contratada, nos termos do artigo 72 da Lei Federal n. 8.666/93, não poderá subcontratar o fornecimento dos materiais contratados, salvo se houver expressa autorização da Contratante;

4.9. Nos termos do artigo 3º, combinado com o artigo 39, VII da Lei Federal n. 8.078 de 11 de setembro de 1.990- Código do Consumidor é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

4.10. A Contratante reserva-se o direito de proceder diligências, objetivando comprovar o disposto no item 4.9., sujeitando-se a Contratada às cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Pelo fiel e perfeito fornecimento dos produtos contratados, a CONTRATANTE, por meio do Fundo de Gestão Fazendária, pagará a CONTRATADA o **VALOR GLOBAL de R\$ 32.299,90 (trinta e dois mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa centavos)**, mediante a entrega da Nota Fiscal, atestada pela Gerência de Serviços Gerais – GSEG, no caso dos uniformes descritos nos itens 3.1.1. e 3.1.2., que corresponderá ao valor dos objetos fornecidos;

5.1.1. O **VALOR UNITÁRIO** do objeto contratado encontra-se discriminado no Anexo I deste Instrumento;

5.1.2. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional;

5.2. No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, materiais, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto deste Contrato;

5.3. O pagamento efetuado pelo **FUNDO DE GESTÃO FAZENDÁRIA** à empresa Contratada poderá ser realizado nos dias 10 (dez), 20 (vinte) e/ou 30 (trinta) de cada mês, em conformidade com o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa n. 01/2007-SAGP/SEFAZ;

5.3.1. Ressalta-se que o prazo descrito no item 5.3. pode ser estendido quando os atestos ocorrerem no período entre o final e início de exercício financeiro do Estado;

5.3.2. Quando a data do item 5.3. coincidir com dia não útil, o pagamento ocorrerá no próximo dia útil;

5.3.3. A Nota Fiscal deverá conter no verso atesto firmado pelo servidor, da Gerência responsável, encarregado de fiscalizar o fornecimento dos produtos, comprovando a entrega dos uniformes contratados;

5.4. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal e no Recibo, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item 5.3. fluirá a partir da respectiva regularização;

5.5. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal e do Recibo:

5.5.1. número do contrato;

5.5.2. nome e número do banco, agência e número da conta, na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

5.6. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “*factoring*”;

5.7. O FUNGEFAZ – Fundo de Gestão Fazendária, efetuará o pagamento por meio de ordem bancária, tomada junto ao Banco do Brasil S.A., endereçada ao banco discriminado na nota fiscal;

- 5.8.** A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do FUNDO DE GESTÃO FAZENDÁRIA, inscrito no CNPJ n. 04.250.009/0001-01;
- 5.9.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA;
- 5.10.** O pagamento efetuado a CONTRATADA não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento dos produtos contratados, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia dos materiais fornecidos;
- 5.11.** Havendo acréscimos ou reduções dos quantitativos isto importará ajustamento no pagamento pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados, nos limites fixados em lei;
- 5.12.** Toda Nota Fiscal deverá ser entregue em duas vias, e acompanhada, juntamente, com a apresentação da regularidade documental.
- 5.13.** Conforme disposto no Decreto n. 8.199/2006 e suas alterações posteriores, para fins de pagamento, a Contratada deve apresentar prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal, a Estadual e a Municipal, do domicílio ou da sede da Contratada, por meio das Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão, composta de:
- 5.13.1.** CND – Certidão Negativa de Débito Fiscal, expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda, do respectivo domicílio tributário;
- 5.13.2.** CND – Certidão Negativa de Débito do INSS, relativo à empresa Contratada;
- 5.13.3.** CRF – Certidão de Regularidade do FGTS;
- 5.14.** O pagamento das Notas Fiscais não será considerado como aceitação definitiva do fornecimento dos objetos contratados e não isentará a Contratada das responsabilidades contratuais quaisquer que sejam;
- 5.15.** No caso de fornecimento de mercadorias por Contribuinte com domicílio fiscal no Estado de Mato Grosso, este deverá apresentar ainda, o respectivo Comprovante de informação de Nota Fiscal de Venda para o Órgão Público do Estado de Mato Grosso, de acordo com a Portaria n. 31/2005/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, em 16 de março de 2005 e as suas posteriores alterações;
- 5.15.1.** Estão dispensados de apresentar o Comprovante de informação de Nota Fiscal de Vendas para Órgão Público do Estado de Mato Grosso, os contribuintes que apresentarem a Nota Fiscal Eletrônica.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

- 6.1.** O presente contrato vigorará por um período de 12 (doze) meses, **com início em 20/10/2009 e término em 20/10/2010**, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e as suas posteriores alterações;
- 6.2.** Fazendo-se necessária a prorrogação de vigência, esta será formalizada mediante celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1.** As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo:

<p>Unidade Orçamentária: 16601 - FUNGEFAZ Projeto Atividade: 2123/4014 Classificação Orçamentária: 3390-3000 Fonte: 106</p>

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

- 8.1.** Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as Cláusulas avençadas e nas Leis Federais ns. 10.520/02 e 8.666/93, Lei Estadual n. 7.696/02 e Decreto Estadual n. 7.217/06, respondendo as mesmas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 8.2.1.** Fornecer os produtos contratados, atendendo a todas exigências contidas nas Cláusulas e no Anexo I deste Contrato, bem como as do Edital do Pregão n. 032/2009/SEJUF – SEFAZ/PGE (FUNGEFAZ);
- 8.2.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os objetos deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou que não atenderem as especificações e os padrões exigidos neste Contrato, sem ônus para a Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a comunicação da SUED - Superintendência de Execução Desconcentrada e da Gerência de Serviços Gerais – GSEG;

- 8.2.3.** Responsabilizar-se pelos danos pessoais ou materiais causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante;
- 8.2.4.** Cumprir o regulamento, os procedimentos e as normas internas da Contratante;
- 8.2.5.** Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação exigidas no Edital do Pregão n.032/2009 – SEJUF – SEFAZ/PGE (FUNGEFAZ);
- 8.2.6.** Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas resultantes do fornecimento dos produtos contratados;
- 8.2.7.** Responsabilizar-se pelo fornecimento dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na Lei Federal n. 8.078, de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor, assegurando-se a Contratante todos os direitos inerentes à qualidade de “consumidor”, decorrentes do Código de Defesa do Consumidor;
- 8.2.8.** Assumir toda e qualquer responsabilidade pela integralidade da execução deste Contrato, guardando sigilo e respeito a confidencialidade das informações e demais dados que venha a ter acesso em decorrência deste Contrato;
- 8.2.9.** Comunicar, imediatamente, a Contratante qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência deste Contrato, para adoção das medidas cabíveis;
- 8.2.10.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, acerca do fornecimento dos produtos contratados;
- 8.2.11.** Não subcontratar, ceder ou transferir, parcialmente ou totalmente, o objeto deste Contrato, salvo se houver expressa autorização da Contratante;
- 8.2.12.** Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nos termos da legislação vigente;
- 8.2.13.** Atender todas as obrigações constantes das Leis Federais ns. 10.520/02 e 8.666/93, bem como as do presente Contrato.

8.3.OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 8.3.1.** A Lei Complementar n. 264, de dezembro de 2006, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da administração sistêmica, no âmbito do Poder Executivo Estadual, prevê que a competência para administrar as hipóteses constantes nos itens abaixo dispostos, cabe ao Núcleo Sistêmico, representado no caso da Secretaria de Estado de Fazenda, pela SEJUF – Secretaria Executiva Jurídica e Fazendária;
- 8.3.2.** Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa fornecer os produtos contratados dentro das normas estabelecidas nas Cláusulas deste Contrato;
- 8.3.3.** Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato por meio de um Gestor, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao Contrato;
- 8.3.4.** Comunicar, por escrito e tempestivamente, à Contratada sobre qualquer alteração ou irregularidade na execução deste Contrato, bem como, qualquer necessidade eventual ou necessária para o bom desempenho do objeto contratado;
- 8.3.5.** Efetuar o pagamento das Notas Fiscais/Faturas e dos Recibos apresentadas, nas condições previstas na Cláusula Quinta neste Contrato;
- 8.3.6.** Solicitar Nota Fiscal quando não enviada pela Contratada.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O descumprimento das obrigações e demais condições do Contrato sujeitará a Contratada as seguintes sanções:

9.1.1. Pelo atraso, inexecução total ou parcial do Contrato, poderá a Contratante, garantido o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa da Contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções:

9.1.1.1. Advertência;

9.1.1.2. Multa;

9.1.1.3. Rescisão Unilateral;

9.1.1.4. Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a dois anos;

9.1.1.5. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção mencionada no item anterior.

9.2. Quando os materiais estiverem em desacordo com as especificações e as normas técnicas, a Contratada estará sujeita a todas as penalidades elencadas neste termo contratual, sem prejuízo das multas cabíveis;

9.3. Constituem motivos para dispensa das sanções contratuais, os seguintes casos:

9.3.1. Ordem escrita da Contratante, para paralisar ou restringir o fornecimento dos produtos contratados;

9.3.2. Ocorrência de circunstância prevista em lei, de caso fortuito ou de força maior, nos termos da lei civil, impeditiva da execução do Contrato em tempo hábil.

9.4. Entende-se por motivos de caso fortuito/força maior, para efeito de penalidades e sanções: ato de inimigo público, guerra, bloqueio, insurreições, levantes, epidemias, avalanches, tempestades, raios, enchentes, perturbações civis, explosões, greves, ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes aos acima enumerados, ou de força equivalente, que fujam ao controle razoável de qualquer das partes interessadas, que mesmo diligentemente, não consiga impedir sua ocorrência;

9.5. A CONTRATADA deverá comunicar à Secretaria de Estado de Fazenda a ocorrência da inexecução do ajuste por motivo de força maior/caso fortuito, dentro de prazo de 03 (três) dias de sua verificação, e apresentar os documentos da respectiva comprovação, em até 05 (cinco) dias contados do evento, sob pena de não serem considerados os motivos alegados;

9.6. A CONTRATANTE no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento dos documentos de comprovação, deverá aceitar ou recusar os motivos alegados, dando por escrito as razões de sua eventual aceitação ou recusa;

9.7. No prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, do ato que aplicar penalidade caberá recurso, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DEZ - DAS MULTAS

10.1. No que concerne a penalidade de multa, poderá ser aplicada pela Contratante à Contratada, sob as seguintes formas:

10.1.1. Multa de Mora, pelo atraso injustificado no fornecimento do objeto, nos termos do artigo 86 da Lei Federal n. 8.666/093, sendo:

10.1.1.1. Multa de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) do valor global do Contrato, por dia de atraso, caso não dê início ao fornecimento no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de recebimento da ordem de início de fornecimento;

10.1.1.2. Multa de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) do valor global do Contrato, por dia de excesso que venha a ocorrer no prazo previsto para a conclusão do objeto contratado;

10.1.2. Multa Administrativa, de natureza penal, compensatória das perdas e danos sofridos pela Administração, pelo inadimplemento na execução total ou parcial do Contrato, nos termos do artigo 87, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93, sendo:

10.1.2.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, no caso de inexecução parcial do Contrato;

10.1.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global, no caso de inexecução total do Contrato;

10.2. A aplicação de multa não impede que a Secretaria de Estado de Fazenda rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei Federal n. 8.666/93;

10.3. O valor das multas aplicadas, primeiramente, será descontado dos créditos que a CONTRATADA possuir junto à Secretaria de Estado de Fazenda;

10.4. Inexistindo créditos a descontar, no prazo de 05 (dias) dias, contados da intimação por parte da Secretaria de Estado de Fazenda, deverá ser efetuado o depósito do valor das multas aplicadas no Banco do Brasil, Agência 3834-2, Conta Corrente 316.0110-3, em favor do Fundo de Gestão Fazendária;

10.5. Caso a CONTRATADA não proceda ao recolhimento da multa no prazo determinado, o respectivo valor será descontado da garantia que esta houver apresentado a Secretaria de Estado de Fazenda, e, se estes valores não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA ONZE - DA RESCISÃO

11.1. A rescisão do contrato poderá ser unilateral pela Administração, amigável por acordo entre as partes, ou judicial, nos termos da legislação;

11.2. À Contratante cabe rescindir unilateralmente o presente termo contratual, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, se a empresa contratada inexecutar total ou parcialmente o que foi contratado, com o advento das conseqüências contratuais e as previstas em lei;

11.3. Constituem motivos para a rescisão unilateral do Contrato pela Contratante:

11.3.1. O não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais com relação as especificações, projetos, normas técnicas ou prazos estipulados;

11.3.2. O atraso injustificado em iniciar o serviço;

11.3.3. A paralisação do serviço por mais de 05 (cinco) dias úteis, injustificadamente e sem prévia comunicação a Contratante;

- 11.3.4.** A cessão ou transferência do serviço contratado, total ou parcialmente, não admitida no Contrato e sem prévia autorização da Contratante;
- 11.3.5.** A reincidência nas penalidades e multa de advertência previstas nas Cláusulas do presente Contrato;
- 11.3.6.** A decretação de falência ou recuperação judicial decretada;
- 11.3.7.** O desatendimento das determinações regulares da fiscalização pela Contratante.
- 11.3.8.** Não cumprir quaisquer das obrigações contratuais;
- 11.3.9.** Outros casos previstos na Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.
- 11.4.** Ocorrendo a rescisão contratual, a Contratada receberá somente os pagamentos devidos pelo fornecimento dos produtos contratados até a data da referida rescisão, descontadas as multas eventualmente aplicadas;
- 11.5.** Em qualquer das hipóteses suscitadas, a Secretaria de Estado de Fazenda não reembolsará ou pagará à empresa Contratada qualquer indenização ou outros direitos a seus empregados por força da Legislação Trabalhista e da Previdência Social.

CLÁUSULA DOZE - DA GARANTIA

12.1. Para este Contrato fica dispensada a exigência de garantia, nos termos do *caput* do artigo 56 da Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA TREZE – DO FISCAL DO CONTRATO

- 13.1.** A Gerência de Serviços Gerais – GSEG é a responsável em acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos objetos contratados, devendo anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas ao Contrato;
- 13.2.** O servidor encarregado de acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos objetos contratados, nos termos do artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, entre outras atribuições, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos objetos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 13.3.** Quando as decisões e as providências ultrapassarem a sua alçada de competência, deverá o referido servidor solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes;
- 13.4.** Além das demais atribuições, o Fiscal do Contrato deverá:
- 13.4.1.** Comunicar, por escrito, qualquer falta cometida pela empresa, seja ela por inadimplemento de alguma cláusula ou condição contratual, ou solicitação de fornecimento/prestação de serviço que foi executado com imperfeição ou de forma inadequada, fora do prazo, ou mesmo não realizado, formalizando o devido dossiê das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar a aplicação da sanção cabível. Quando estes fatos venham a se repetir poderão levar à rescisão contratual. Este dossiê também terá efeitos para fins de expedição de atestado de capacidade técnica;
- 13.4.2.** Recusar fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado em edital do Pregão n. 032/09/SEJUF - SEFAZ/PGE (FUNGEFAZ) e/ou no presente Contrato, assim como, observar para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração no certame licitatório;
- 13.4.3.** Comunicar por escrito à área de administração de contratos ou ao titular da entidade, o desatendimento por parte da Contratada, quanto às solicitações efetuadas pela fiscalização e não atendidas pela Contratada, estando em conformidade com as condições contratuais e com a devida prova materializada do fato como solicitações de providências escritas e recebidas pela Contratada, para que sejam adotadas as providências quanto à aplicação da sanções correspondentes, na devida extensão da falta cometida.

CLÁUSULA QUATORZE - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1.** Promovendo o Governo Federal medidas que alterem as condições aqui estabelecidas, os direitos e obrigações oriundas deste Contrato, serão alteradas em atendimento às disposições legais aplicáveis mediante termo de re-ratificação, exceto quando for necessária a celebração de termo aditivo, consoante o disposto no artigo 65, § 6º, da Lei Federal n. 8.666/93 e as suas posteriores alterações;
- 14.2.** Mediante Termo Aditivo aprovado pela Contratante, poderão ser efetuados acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, e no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para seus acréscimos;
- 14.3.** As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes;
- 14.4.** Havendo acréscimos ou reduções dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados, nos limites fixados em lei;

14.5. As alterações do valor do Contrato decorrentes de modificação de quantitativos, bem como as prorrogações de prazos serão formalizadas por lavratura de Termos Aditivos, os quais deverão ser autorizadas pelo Ordenador de Despesas da Contratante;

14.6. A Contratante poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;

14.7. A CONTRATANTE poderá revogar este Contrato por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

14.8. A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido. A nulidade não exonera a CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

CLÁUSULA QUINZE – DOS PRAZOS

15.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

15.2. Os prazos referidos neste Contrato somente se iniciam e vencem em dia de expediente normal na Contratante.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Cuiabá-MT, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste Contrato, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá-MT, 20 de outubro de 2009.

EDER DE MORAES DIAS
SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA
CONTRATANTE

BENEDITO NERY GUARIM STROBEL
SECRETÁRIO ADJUNTO EXECUTIVO DO NÚCLEO JURÍDICO E FAZENDÁRIO

ADRIANO FARINON
ILDA NERI FARINON -ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RG:

RG:

ANEXO I

1. OBJETO DESCRITO NO ITEM 3.1.1., DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO:

1.1. Confecção de uniformes para fiscalização, sendo 1.788 (um mil setecentos e oitenta e oito) camisas pólo, 513 (quinhentos e treze) Coletes e 130 (cento e trinta) Chapéus, totalizando 2.431 (dois mil quatrocentos e trinta e um) peças, para atender as Unidades da Secretaria de Estado de Fazenda– SEFAZ/MT, conforme descrição e modelo abaixo:

1.2. DESCRIÇÃO DO OBJETO E QUANTIDADES:

ITEM	OBJETO	TAMANHOS	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Confecção de Camisa Pólo em pique, malha com composição de 65% (sessenta e cinco por cento) poliéster e 35% (trinta e cinco por cento) viscose, com manga reta, na cor cáqui claro, devendo conter: na frente: bordado no bolso (Brasão do Estado, com letras: Fonte arial narrow, cor preta), com as letras: “Governo do Estado de Mato Grosso”, logo abaixo “Secretaria de Estado de Fazenda”, abaixo logo da SEFAZ; na costa deverá ser silkada a palavra “FISCALIZAÇÃO”, com letras: Fonte arial narrow, cor laranja especial CMYK (refletiva), Cian: 0% (zero por cento), Magenta: 50% (cinquenta por cento), Yellow: 90% (noventa por cento), Black: 0% (zero por cento), abaixo “logo da SEFAZ”: Fonte arial narrow, cor preta CMYK, Cian 0% (zero por cento), Magenta: 0% (zero por cento), Yellow: 0% (zeros por cento), Black: 100% (cem por cento) abaixo as palavras “ÉTICA, QUALIDADE, CREDIBILIDADE, TRANSPARÊNCIA, RESPONSABILIDADE” letras: Fonte arial narrow, cor preta CMYK, Cian: 0% (zero por cento), Magenta: 0% (zero por cento), Yellow: 0% (zero por cento), Black: 100% (cem por cento).	PP, P, M, G, GG, XG, XXG e XXXG	1.788	R\$ 12,00	R\$ 21.456,00
02	Confecção de Coletes , na cor cáqui em brim leve profissional, brim leve 100% (cem por cento) algodão com 208 g/m2, com faixa refletiva na cor laranja especial e verde amarelado, bolso com velcro, elástico na cintura, com 05 (cinco) botões de metal, devendo conter: na frente: bolso com o seguinte detalhe: Brasão do Estado , com letras: Fonte arial narrow, cor preta, com as letras: “Governo do Estado de Mato Grosso”, logo abaixo logo da Sefaz , gola baixa. A arte do bolso deverá ser bordado e o restante deverá ser silkada. Nas costas a palavra “FISCALIZAÇÃO” , na cor laranja especial (refletiva) Cian: 0% (zero por cento), Magenta: 50% (cinquenta por cento), Yellow: 90% (noventa por cento) e Black: 0% (zero por cento), silkada, abaixo o “ logo da SEFAZ ”, letras: Fonte: arial narrow, cor preto CMYR – Cian: 0% (zero por cento), Magenta: 0% (zero por cento), Yellow: 0% (zero por cento) e Black: 100% (cem por cento), mais abaixo as palavras “ ÉTICA, QUALIDADE, CREDIBILIDADE, TRANSPARÊNCIA, RESPONSABILIDADE ”.	PP, P, M, G, GG, XG, XXG e XXXG.	513	R\$ 17,00	R\$ 8.721,00
03	Chapéu modelo Australiano , em brim pesado, 100% (cem por cento) algodão, com gramatura entre 260 /m2 a 280 /m2, bordado, na cor cáqui, tamanho grande. Detalhe no chapéu brasão do Estado com letras: fonte arial narrow, cor preta.	ÚNICO	130	R\$ 6,33	R\$ 822,90
TOTAL			2.431		R\$ 30.999,90

1.3. TAMANHOS E QUANTIDADES PARA A CONFECÇÃO DOS ITENS 01 e 02

TAMANHO	QUANTIDADE CAMISA PÓLO	QUANTIDADE COLETE
PP	15	10
P	65	27
M	290	109
G	823	221
GG	451	118
XG	47	09
XXG	87	17
XXXG	10	02
TOTAL	1.788	513

Observações:

A empresa Contratada deverá estar ciente que as quantidades solicitadas do **tamanho** poderão variar de **10%** (dez por cento) para mais ou para menos, todavia, não será alterada o somatório informado acima.

MODELO

Colete (frente)



Luciana...
11.09.09
Luciana...berger
Assessora de Comunicação
da SEFAZ

MODELO Colete (costas)



*De acordo
em 11.09.09*
Dulcineia Kunzberger
Assessora de Comunicação
da SEFAZ

MODELO

Camisa Pólo (Frente)



De acordo em 10/09/09
Luciane
Luciane *Wittmannberger*
Assessora de Administração da SEFAZ

MODELO

Camisa Pólo (Costa)



Letra Arial - 30
LARANJA ESPECIAL
CMYK
C 0%
M 50%
Y 90%
K 0%

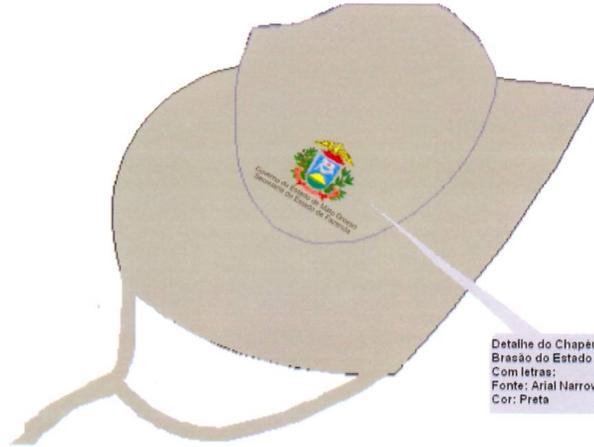
Letra
Arial Narrow - 13
CMYK
100% PRETO

CMYK
C 0%
M 0%
Y 40%
K 20%

Alcindo
em 11.09.09
Lucia Penzberger
Assessora de Comunicação
da SEFAZ

CHAPÉU CÂQUI
MODELO AUSTRALIANO
COM LOGOMARCA DA SEFAZ BRANCA

MODELO



Detalhe do Chapeu:
Brasão do Estado
Com letras:
Fonte: Arial Narrow
Cor: Preta



MODELO



Handwritten signature

Dependo,
15/07/09
Luciane Wittenberger
Assessora de Comunicação
da SEFAZ

2. OBJETO DESCRITO NO ITEM 3.1.2., DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO:

2.1. Confeção de 100 camisetas para atender a GSEG - Gerência de Serviços Gerais, conforme descrição e modelo abaixo:

2.2. DESCRIÇÃO DO OBJETO E QUANTIDADES:

ITEM	OBJETO	TAMANHOS	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Camisas Pólo, com 02 (dois) botões, confeccionada com malha piquê 50% algodão, 50% poliéster, na cor branca, a gola tecida em retilínea 1x1, na cor azul marinho, a manga branca sem bainha e com viés de 1 cm na cor azul marinho; na frente: arte fornecida em 04 (quatro) cores em tons de azul, abaixo o endereço eletrônico da SEFAZ (www.sefaz.mt.gov.br) e ao lado esquerdo o logo da SEFAZ, ambos na cor azul CMYK, Cian: 100% (cem por cento), Magenta: 0% (zero por cento), Yellow: 100% (cem por cento), Black: 0% (zero por cento); nas costas: "logo da SEFAZ", com letras: Fonte: arial narrow, cor preta CMYK – Cian: 0% (zero por cento), Magenta: 0% (zero por cento), Yellow: 0% (zero por cento) e Black: 100% (cem por cento), abaixo as palavras "ÉTICA, QUALIDADE, CREDIBILIDADE, TRANSPARÊNCIA, RESPONSABILIDADE", letras: Fonte: arial narrow, cor preta CMYK – Cian: 0% (zero por cento), Magenta: 0% (zero por cento), Yellow: 0% (zero por cento) e Black: 100% (cem por cento).	P, M e G	100	R\$ 13,00	R\$ 1.300,00
TOTAL			100		R\$ 1.300,00

2.3. TAMANHOS E QUANTIDADES PARA A CONFECÇÃO DO ITEM 01:

TAMANHO	QUANTIDADE CAMISA PÓLO
P	25
M	40
G	35
TOTAL	100

Camiseta Pólo
gola e mangas azuis
FRENTE



De acordo
02.09.09
Luciane

Luciane Mildenberger
Assessora de Comunicação
da SEFAZ

Camiseta Pólo
gola e mangas azuis
Costas



De acordo
02/09/09
Luciane Müdenberger
Assessora de Comunicação
da SEFAZ